

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.197 - RS (2019/0274072-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FRIGORIFICO SIMSUL EIRELI
ADVOGADO : RODRIGO FOSCARIN PEDROSO - RS029512
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por FRIGORÍFICO SIMSUL EIRELI, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, proferido do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ICMS. PRESCRIÇÃO. JUNTADA DO AUTO DE LANÇAMENTO. PRESCINDIBILIDADE.

As razões do agravo interno não tem o condão de modificar a decisão agravada, até mesmo porque nenhum fato novo foi arguído senão aqueles já expostos no agravo de instrumento.

A legislação não obriga a juntada do auto de lançamento para o ajuizamento da execução fiscal, sendo a CDA documento hábil para tanto.

Além do mais, o título executivo, ao conter os requisitos dos artigos 2º, §5º da Lei 6.830/80 e 202, do CTN goza de presunção de certeza e liquidez, requisitos não afastados pelo recorrente.

Não há prejuízo à defesa do executado.

À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO" (fl. 142e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 171/178e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de dissenso pretoriano e ofensa aos arts. 489, I, e 1.022, II, do CPC/2015.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"Diante do resultado o r. acórdão proferido ao julgar o agravo interno o recorrente interpôs embargos de declaração para o fim de que o Tribunal 'a quo' enfrentasse pontos da lide que não foram, sequer

Superior Tribunal de Justiça

indiretamente, enfrentados pela Câmara. São eles:

a) cerceamento de defesa porque as certidões de dívida ativa exequendas tem por suporte autos de lançamento realizados contra terceiro (FRIGORÍFICO LIFT LTDA) da qual a recorrente foi considerada sucessora, não tendo esta relação com os fatos geradores objeto da autuação;

b) a r. decisão recorrida também foi omissa ao deixar de enfrentar o fato de que a execução fiscal ficou em prescrição intercorrente, posto que o feito não teve nenhuma causa de interrupção da prescrição desde 2005 suficiente para evitar o transcurso do lapso temporal prescritivo, conforme preceitua o do art. 40 da LEF c/c parágrafo único e 'caput' do art. 174 do CTN cuja interpretação restou pacificada pelo Colendo STJ ao julgar, pela sistemática dos recursos repetitivos, o REsp 340.553/RS.

Ocorre que o Tribunal *a quo*, ao julgar os embargos de declaração, deixou de enfrentar estes pontos. Aliás, o referido acórdão fez uso de expressões genéricas, sem sequer se dar ao trabalho de explicitar o que efetivamente estava julgando! Tanto o é que o referido acórdão pode ser usado para decidir SEM FUNDAMENTO qualquer embargos de declaração! Trata-se de uma picardia inadmissível!

Indubitavelmente, é nulo o processo, a contar da decisão de segundo grau, notadamente, a que julgou os embargos de declaração opostos ao acórdão exarado em agravo de interno, por falta de fundamentação e de prestação jurisdicional, com violação ao disposto nos arts. 489, I e 1.022, inc. II, do CPC" (fls. 190/191e).

Requer, por fim, "seja o presente recurso especial conhecido o provido, na forma do art. 1.025 do CPC, para o fim de reconhecer a omissão do Tribunal *a quo* quanto aos pontos da quaestio juris mencionados, provendo-se assim o presente por violação aos arts. 489, I e 1.022, inc. II, do CPC e art. 373, inc. I e II do CPC, determinando-se o retorno do feito ao Tribunal *a quo* fins de entrega da prestação jurisdicional plena ou, então, que seja o presente provido para o fim de, na forma do art. 487, inc. II, do CPC, e por força do art. 40 da LEF c/c parágrafo único e *caput* do art. 174 do CTN, cuja interpretação restou pacificada por este Colendo STJ ao julgar, pela sistemática dos recursos repetitivos, o REsp 340.553/RS, declarar a prescrição das execuções fiscais" (fl. 194e).

Contrarrazões às fls. 214/224e.

Recurso Especial inadmitido (fls. 227/228e).

Agravo às fls. 262/271e.

Sem contraminuta.

O presente recurso não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Dessarte, tanto o tema relativo à possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente como o relativo ao suposto cerceamento de defesa foram objeto de consideração expressa, pelo Tribunal de origem:

"Infere-se dos autos que a parte ora agravante foi incluída no polo passivo da demanda em razão da sucessão empresarial, não havendo insurgência neste sentido. Possível, portanto, a extensão das medidas executórias à empresa sucessora, ora agravante.

Consigno a ausência de cópia da execução fiscal, o que impede de analisar os atos processuais para se concluir se houve, ou não, prescrição intercorrente e cerceamento de defesa, tal como alega a parte agravante. Sem estes documentos, não há como desdizer o que afirmou o magistrado singular, que teve amplo acesso à execução fiscal, na sua totalidade.

Destaco que nos títulos executivos de fls. 87/90 está descrito o número dos autos de lançamentos, podendo a parte executada buscá-lo na repartição fazendária competente. Aliado a isto, não há qualquer prova da negativa do recorrido em fornecer o documento ao recorrente.

Ainda, relembro que a CDA goza de presunção de certeza e liquidez, cujos requisitos não foram afastados pelo agravante, sendo presumida, portanto, a correção do auto de lançamento" (fl. 146e).

Conforme se observa, o Tribunal **a quo** entendeu ser impossível o acerto da questão, na presente ação, porquanto não teria, a ora recorrente, procedido ao traslado de cópias dos atos processuais, realizados na execução fiscal, de modo a permitir "concluir se houve, ou não, prescrição intercorrente e cerceamento de defesa", pelo que se manteria incólume a presunção de legitimidade da CDA.

Se a questão foi, eventualmente, mal analisada, cuidar-se-ia de mero **error in iudicando**, não de **error in procedendo**, o que descaracteriza a ocorrência, no caso, de omissão viciosa, por parte do órgão julgador.

Registre-se, outrossim, a impossibilidade do exame da efetiva ocorrência da prescrição intercorrente, dada a evidente ausência de prequestionamento da matéria (Súmula 211/STJ).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a e b**, do RISTJ, conheço do Agravo para conhecer em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **negar-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. Decisão interlocutória.

Superior Tribunal de Justiça

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

